SINTRAJUD PUBLICA NESTA EDIÇÃO UM ENCARTE ESPECIAL SOBRE AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DO GOVERNO LULA CONTRA OS SERVIDORES FEDERAIS E O SERVIÇO PÚBLICO

SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

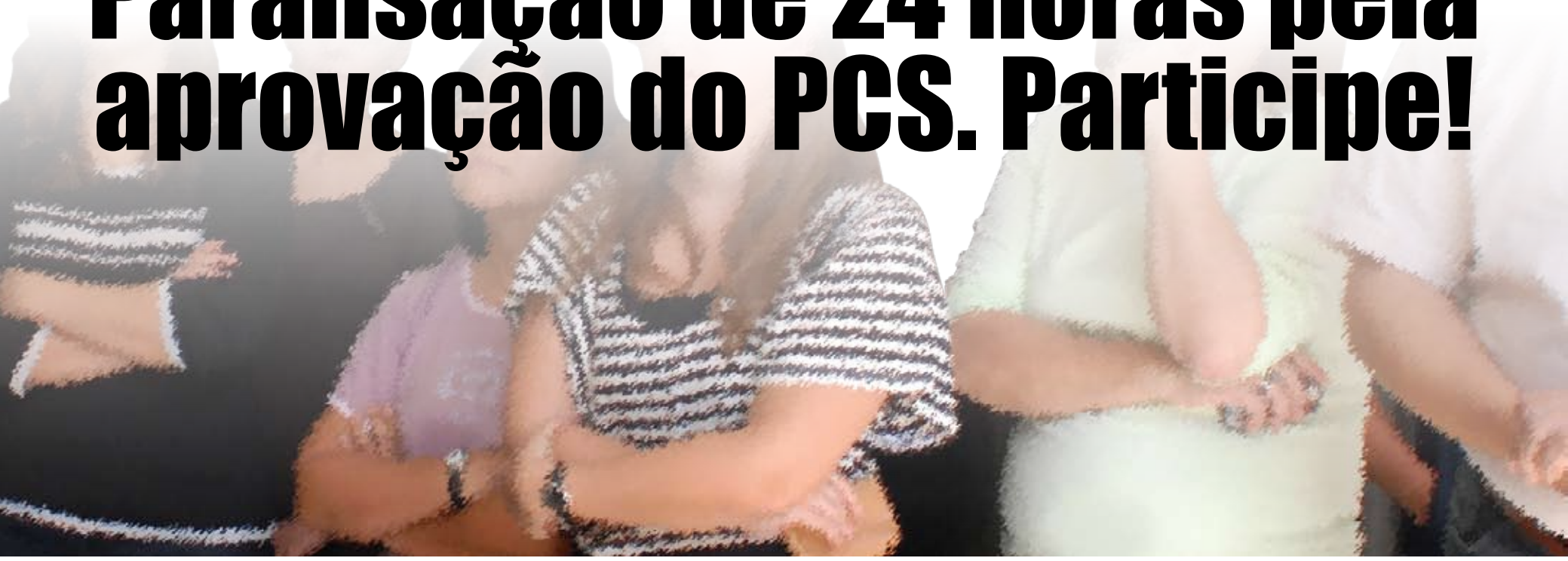
Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional de Lutas Conlutas
Filiado à Conlutas

Sexta - feira, 23 de abril de 2010 - Número 377 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

27 de abril

Paralisação de 24 horas pela aprovação do PCS. Participe!



Nenhum servidor deve entrar para trabalhar. No mesmo dia haverá ato unificado com outras categorias do funcionalismo na Avenida Paulista

Servidores do Judiciário Federal preparam paralisações, atos públicos e caravanas a Brasília para os dias 27 e 28 de abril, datas que podem ser decisivas para a aprovação do projeto que revisa o PCS na CTASP (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara).

A data foi escolhida porque no dia 27 será realizada uma audiência pública na CTASP para debater o PL 6613 (PCS do Judiciário). O pedido foi feito pelo vice-líder de Lula, deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS), que quer protelar ao máximo a votação do projeto.

Em assembleias e no Conselho de Base do Sintrajud, os servidores decidiram que é preciso intensificar a mobilização pela aprovação do projeto e que, portanto, vão paralisar as atividades por 24 horas no dia 27, dia da audiência pública e véspera da votação do projeto pela CTASP.

Os servidores aprovaram o dia 06 de maio como indicativo para entrar em greve por tempo indeterminado, caso os parlamentares continuem enrolando para agilizar a tramitação do projeto.

Para o diretor do Sintrajud e coordenador da Fenajufe, Antonio Melquiades, Melqui, as próximas fases de tramitação do projeto serão ainda mais difíceis. Por isso, ele orienta a todos os servidores que fortaleçam a luta no seu local de trabalho e participem das mobilizações convocadas pelo Sintrajud. "Essa luta é todos. Servidores da capital e interior têm que estar juntos, só dessa forma garantiremos mais essa vitória", ressaltou.

Ato unificado dia 27

Para fortalecer a luta e garantir a unidade entre os servidores do Judiciário Federal, no dia 27, será realizado um ato unificado, às 13h, em frente ao escritório de representação do Governo Federal em São Paulo, localizado no prédio do Banco do Brasil (Avenida Paulista, esquina da R: Augusta).

O ato está sendo organizado por várias entidades sindicais dos servidores federais, entre elas Sintrajud, Sindsef e Sinsprev. O objetivo é ampliar a mobilização contra a aprovação do projeto de lei 549/09, em tramitação na Câmara dos Deputados e que congela os salários dos servidores por dez anos.

Dia 28: atos/assembleias setoriais

O PCS do Judiciário já está na pauta da sessão da CTASP do dia 28/4. O relator do projeto, deputado Sabino Castelo Branco (AM-PTB), apresentou parecer favorável ao projeto e entregou à Comissão. Ainda como parte da mobilização pela aprovação do projeto na comissão os servidores aprovaram a realização de atos/assembleias setoriais no dia 28.

No ato, os servidores receberão os últimos informes sobre a tramitação do projeto e discutirão as próximas mobilizações. Há indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 06 de maio.

Veja como será a mobilização no dia 27/04

- ✔JT/Barra Funda concentração a partir das 8h, no Fórum Ruy Barbosa
- ✔TRF/JF concentração a partir das 10h, no Fórum Pedro Lessa e no prédio do TRF
- ✔TRE concentração a partir das 12h, em frente ao prédio da Francisca Miquelina
- ✔Ato Unificado, às 13h em frente ao escritório de representação do governo federal em São Paulo (Avenida Paulista esquina com rua Augusta)

Servidores da Justiça Federal protestam contra o imposto sindical

Categoria também coletou assinaturas para pressionar a presidência do TRF-3, que foi o único tribunal do país a efetuar a cobrança



A luta pela livre organização sindical dos servidores públicos deu o tom do protesto contra o imposto sindical, realizado em frente ao TRF-3, na Av. Paulista, na quinta-feira, dia 22. Durante o ato, os servidores também coletaram assinaturas contrárias à cobrança. O abaixo-assinado será entregue à presidência do TRF-3, solicitando a devolução dos recursos. Durante o ato, a diretoria do Sintrajud esclareceu que foram tomadas todas as medidas jurídicas cabíveis para que o desconto não ocorresse.

O protesto também foi dirigido ao Conselho da Justiça Federal (CJF), por ter sido o único conselho de Justiça no país a ter autorizado o desconto, e à administração do TRF-3, por ser o único tribunal no Brasil a efetuar o desconto. Os servidores podem pegar o modelo do abaixo-assinado no site do Sintrajud.

Página 03
Prédio do TRT apresenta falhas na estrutura

Página 04
Fim da gestão de Gilmar Mendes no STF

Página 04
Servidores da Grécia em greve

Opinião do Sintrajud

PCS: eu quero, eu luto

Estamos em luta por mais um PCS, uma luta, que, como temos noticiado, só será vitoriosa com a força da categoria. Em 1996, o primeiro Plano de Cargos e Salários só saiu com greve. E, assim, ocorreu com os outros dois. Todos os aumentos que a categoria obteve foram através da mobilização. O fato de os servidores públicos terem direitos que outros trabalhadores, hoje, desconhecem, não foi por acaso, mas sim pela luta.

Convocamos novamente a categoria para ir à luta, inicialmente com uma paralisação de 24 horas no dia 27. Mais do que conseguir o nosso aumento, temos que lutar para barrar o projeto deste e de outros governos. Congelar os salários de todo o funcionalismo federal é a sua parte mais nefasta. Acabar com o direito de greve, privatizar e demitir, são outras medidas, que os governos não hesitarão em colocar em prática. Basta analisar os projetos que tramitam no Congresso Nacional. Quando o assunto é serviço público, todos querem cortar os gastos, prova disso foi a aprovação unânime no Senado do projeto de lei que pode congelar os salários até 2019, o PLS 611, hoje como PLP 549, na Câmara.

Enquanto inúmeros projetos de lei visam à retirada de direitos e precarização do serviço público, o governo tenta barrar nosso PCS. O fato de o relator do PL 6613 ter feito um relatório pela aprovação do projeto não significa que a luta será fácil. Nos dias 14 e 15 de abril, diversos estados promoveram mobilizações pelo PCS. O parecer só saiu depois disso, por causa das nossas manifestações. Nunca um PCS demorou tanto na primeira Comissão da Câmara. O PCS está há mais de 120 dias na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). No ano passado, tivemos que fazer 16 dias de greve nacionalmente para que o projeto, que já estava pronto no STF, chegar ao Congresso. Se os lutadores do Judiciário não tivessem cruzado os braços, o PCS nem tramitando na Câmara estaria. Portanto, sem uma greve forte não conseguiremos sua aprovação.

O ano eleitoral mostra que temos que ser rápidos na luta

O ano eleitoral mostra que temos que ser rápidos na luta. Afinal, logo os parlamentares deixarão Brasília para se dedicar a suas campanhas. Nessa hora proliferam-se alianças. Eles se unem, rapidamente, para implantar o mesmo projeto. Na prática, unem-se contra os trabalhadores. Chegou a hora de nós nos unirmos para barrar o projeto deles. Dia 27, todos juntos na Av. Paulista contra o desmonte do serviço público e pela aprovação do PCS.

IMAGEM DA SEMANA PEDRO LADEIRA/FOLHA IMAGEM



A construção da usina de Belo Monte pode ser um dos piores ataques ao meio ambiente das últimas décadas

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

A Igreja não é culpada pela pedofilia

***Edson Luiz Sampel**

O artigo do senhor Douglas Borges, veiculado por este jornal aos 16/4/2010, traz pontos de vista sobreposse equivocados, que têm de ser esclarecidos, por respeito ao seleto público legente do Jornal do Judiciário, mormente os leitores católicos.

A declaração de sua eminência, dom Bertoni, relativamente ao liame entre homossexualismo e pedofilia, constitui uma posição individual, não referenciada pelo magistério eclesiástico. Sem embargo, a Igreja, perita em humanidades, porque há dois mil anos debruça-se sobre as agruras do homem, amando-o maternalmente, ensina que a heterossexualidade é o melhor caminho para a vivência do sexo.

Num quadro geral da prática do vício da pedofilia, os casos ocorridos no grêmio da Igreja católica são ínfimos.

A Igreja é, sem sombra de dúvida, a instituição que mais porfia em favor dos direitos humanos. É extremamente injusto imputar-lhe a pecha de irresponsável. Na América Latina, mui recentemente, bastantes padres e leigos engajados resistiram à ditadura militar, denunciaram-na e muitos deles tombaram pelo ideal democrático. Se a reforma agrária avança um pouco neste país, é porque os bispos, sucessores dos apóstolos, apoiam os movimentos sociais e a luta pela terra, ajudando a organizar reivindicações, ao lume da doutrina social católica, que tem em magna conta a função social da propriedade. Veja-se, por exemplo, a atuação da Pastoral da Criança. Não fosse por esse braço salvífico da Igreja, haveria milhões de óbitos de bebês recém-nascidos. As pessoas frágeis e inermes sempre podem contar com a solicitude da mãe Igreja.

Fala-se em pedofilia, no entanto, quantos homens feitos, hoje no exercício de profissões liberais, atuantes na política, pais de família honrados, quando crianças, tiveram a têmpera de sua personalidade forjada na disciplina saudável dos milhares de colégios católicos esparramados pelo mundo. Aprenderam a ser honestos e obtiveram uma excelente formação educacional.

O povo sabe que a Igreja católica é sua amiga e companheira. Comprovam-no as estatísticas, que colocam a barca de Pedro como a entidade mais confiável do Brasil. O erro de uns poucos não tem o condão de tisnar a imagem da túnica inconsútil de Cristo. A propósito, como diria São Paulo, dirigindo-se a uma comunidade em que havia ingentes deslizes: "Onde abundou o pecado, superabundou a graça".

Edson Luiz Sampel
Analista judiciário no TRF da 3.ª Região

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.



AGENDA

Vai Acontecer

27 DE ABRIL

Dia Nacional de Luta. Paralisação de 24 horas no Judiciário Federal

Ato Unificado, às 13h, em frente ao escritório de representação do Governo Federal, na Avenida Paulista com rua Augusta

Audiência Pública sobre o PL 6613/09 (PCS), às 14h, na CTASP (comissão de trabalho da Câmara)

Reunião do Coletivo de Saúde e Grupo de Estudo, às 18h, no Sintrajud

28 DE ABRIL

Sessão da CTASP que deverá votar o PL 6613/09

Ato/assembleias setoriais, às 13h, pela votação do PL 6613 e contra o congelamento de salário

Reunião do Núcleo dos Oficiais de Justiça do Sintrajud, às 12h, na Central de Mandado, Av. Paulista nº 1912 – 5ª andar

1° DE MAIO

Ato do trabalhador, a partir das 10h, na Praça da Sé

02 DE MAIO

Reunião Ampliada da Fenajufe, em Brasília

05 MAIO

Previsão de votação do PLP 549/09 na CTASP

06 DE MAIO

Indicativo do início da Greve por tempo indeterminado pelo PCS

Aconteceu

DIA 17 DE ABRIL

Conselho de Base do Sintrajud

Condições de Trabalho

Servidores temem pela estrutura de prédio do TRT

Setores do TRT voltam a ocupar prédio onde funcionava o administrativo, que já apresentava problemas em relação ao peso

fotos: Jesus Carlos





Processos têm que ficar embaixo das vigas

Há cerca de um mês alguns setores do TRT da 2ª Região mudaram para um prédio próximo à sede do tribunal, localizado na Rua Dona Antônia de Queiroz, 333. O novo local de trabalho, porém, apresenta um histórico de insegurança. A orientação da Engenharia é que os processos fiquem embaixo das vigas ou próximos às extremidades do prédio. Deve-se evitar trabalhar com pilhas de processos em cima das mesas – como se isso fosse possível.

Mas os sinais do piso e a água na garrafa PET, que não fica parada, deixam os servidores preocupados com a estrutura do prédio. No chão é possível ver a inclinação que forma uma espécie de lombada nas vigas centrais. Calços de madeira são utilizados para nivelar as prateleiras de processos. A ondulação é tão perceptível que os carrinhos de processos não ficam parados. No 10º andar, a depressão do piso é maior ainda do que os outros andares. Neste, se alguém jogasse água certamente uma poça se formaria ao centro.

Como os servidores devem evitar colocar processos no meio do prédio, em um dos andares eles estão até no banheiro. No terceiro andar, as mesas de trabalho estão inclinadas, o que também pode ser visto a olhos nus. Não precisa ser nenhum perito para perceber que o piso está irregular. Diante da situação, os servidores e terceirizados que trabalham lá podem estar correndo riscos.

Estrutura ameaçada

No prédio, funcionava a Unidade Administrativa do TRT-2 e outros setores. No entanto, um laudo de 2000 apontava que a sobrecarga no prédio comprometia a estrutura da construção e orientava a redução de peso.

Em 2004, o Sintrajud interveio, pois o prédio estava recebendo toneladas de processos. Depois do laudo, tinham se mudado para lá o Setor de Documentação, a biblioteca e o Sindicato evitou a mudança do Setor de Registro e Atuação e mais tarde o prédio foi desativado. Quem passava em frente ao prédio viu, por anos, uma placa de aluga-se.

Na época, rachaduras podiam ser vistas em todos os andares. Agora, o prédio está pintado e algumas paredes receberam azulejos e pastilhas. Os servidores estão apreensivos com a situação, ainda mais porque em breve o local receberá a assessoria econômica, que são os maiores volumes de processo.

O Sintrajud irá solicitar um novo laudo para averiguar a segurança da estrutura do prédio. E não descarta pedir avaliações ao Contru e ao Corpo de Bombeiros. A diretoria do Sindicato também irá procurar o presidente do TRT para tratar do assunto e cobrar soluções.

Reivindicação

Oficial defende central de mandados no Fórum Criminal antes que se aposente

Wladimir Aguiar



Neuza, oficial experiente diz que central melhoraria o serviço

Neusa Souza é oficial de justiça há 16 anos na JF, mas antes ela exerceu o cargo no Judiciário Estadual por 11 anos. Contando o tempo que trabalhou antes, ela já poderia estar aposentada. Mas preferiu continuar na 1ª Vara Criminal e tem um motivo a mais para ficar: uma luta de anos. "Sempre batalhei por uma central no Fórum Criminal e gostaria de ver a central funcionando antes de me aposentar", diz. A reivindicação é antiga e já foram feitos atos, abaixo-assinados e o Sintrajud já conversou com todos os juizes e o coordenador do Fórum. "Hoje temos cerca de cinco oficiais em cada vara para percorrer a cidade inteira, com uma central dividiríamos a cidade entre 50 oficiais", explica. Por isso, ela defende, junto com a luta pelo PCS, uma central de mandados para a Criminal.

Entre em cena... Participe da Oficina de teatro do Sintrajud

A oficina de teatro do Sintrajud está com vagas abertas. As aulas acontecem as terças às 20h no auditório do Sintrajud (R. Antônio de Godoy, 88 - 15º andar- próximo ao metrô São Bento). A participação é gratuita e o curso é livre, não é necessária experiência. Os novos alunos poderão fazer parte do grupo de teatro Erga Omnes, do Sintrajud. Informações e inscrições pelo e-mail sociocultural@sintrajud.org.br ou pelo telefone 3222-5833, com a Telma.

Futebol Sintrajud

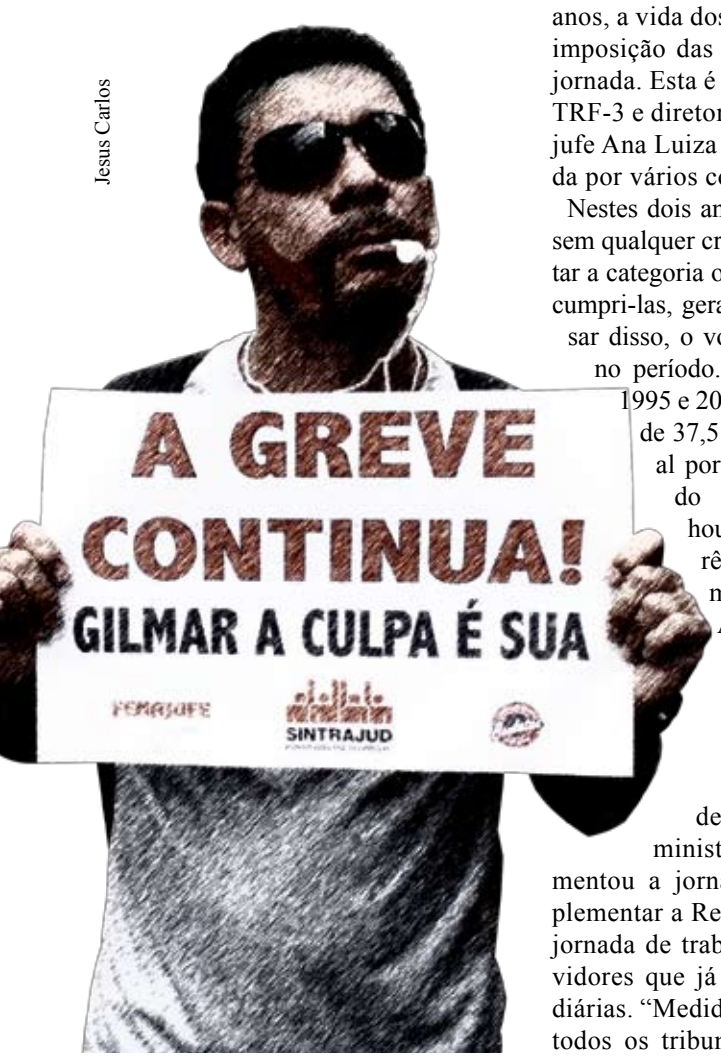
Vem aí a 7ª Copa de Futebol Society do Sintrajud. Mais informações em breve.

Fim de gestão

Ministro Gilmar Mendes deixa presidência do STF e CNJ sob crítica de servidores

Na gestão Mendes foram instituídas metas e houve o aumento da jornada de trabalho

Jesus Carlos



Servidor durante a greve de 2009

Nesta semana se encerra o biênio (2008-2010) do ministro Gilmar Mendes à frente do STF e do CNJ. Nestes dois anos, a vida dos servidores piorou com a imposição das metas e sérios ataques à jornada. Esta é a opinião da servidora do TRF-3 e diretora do Sintrajud e da Fenajufe Ana Luiza Figueiredo, compartilhada por vários colegas.

Nestes dois anos o CNJ instituiu metas, sem qualquer critério e sem nunca consultar a categoria ou sobre a possibilidade de cumpri-las, gerando muitas críticas. Apesar disso, o volume processual cresceu, no período. Só em São Paulo, entre 1995 e 2005, houve um crescimento de 37,51% da demanda processual por servidor, segundo estudo do Sintrajud. Diante disso, houve um aumento da ocorrência de doenças físicas e mentais. Conforme disse Ana Luiza: "essas metas significam um verdadeiro tormento aos servidores, especialmente àqueles da área judiciária".

Na condição de presidente do CNJ e do STF, o ministro Gilmar Mendes, aumentou a jornada de trabalho, ao implementar a Resolução 88, estendendo a jornada de trabalho de milhares de servidores que já cumpriam de seis horas diárias. "Medida que não foi adotada por todos os tribunais, mas que representa um ataque à reivindicação, pela redução da jornada de trabalho", argumenta Ana Luiza.

Gilmar Mendes e o Banco Mundial

As metas e o aumento da jornada estão presentes no Documento 319 do Banco Mundial, publicado em 1996, e que tem norteado todas as ações que o Judiciário, tanto no que toca a gestão processual, como na uniformização das decisões.

Gilmar Mendes só não conseguiu avançar ainda mais na implementação das medidas previstas pelo organismo internacional devido à mobilização e participação dos servidores, principalmente quando houve o debate sobre carreira. Naquele momento, uma parte da remuneração da categoria esteve muito próxima de se tornar variável e as avaliações de desempenho, implementadas. O que seria um primeiro passo para possibilitar a demissão por insuficiência de resultados, também previstas no texto do Banco Mundial. Nas metas do CNJ para este ano, está inclusa a implementação de gestão de processo de trabalho em 50% das varas de primeira instância, mas nenhum servidor foi sequer consultado sobre isso também.

"A greve continua,
Gilmar a culpa é sua!"

O presidente do STF também foi derrotado na greve de 18 dias, quando os servidores reivindicavam o envio do ante-projeto de revisão salarial da categoria, que agora se transformou em PL 6613/09, ao Congresso . Na opinião da diretora, aquela greve foi contra a "intransigência da direção do STF, que depois da greve teve que se dobrar às reivindicações dos servidores", disse.

Em defesa do banqueiro

"A gestão do ministro Gilmar Mendes se pautou por defender o banqueiro Daniel Dantas e perseguir juízes independentes, como o Fausto De Sanctis, que decretou a prisão do banqueiro", avaliou Ana Luiza. Para ela, a criminalização da luta pela reforma agrária é outra marca deixada por Mendes nestes dois anos.

Gilmar Mendes passa por saia justa na internet

Numa entrevista ao vivo pela TV Justiça, o ministro responderia às questões formuladas e eleitas pelos internautas, sem o controle do STF. Mas o que deveria ser um balanço de sua gestão acabou se tornando um festival de constrangimento para o magistrado, que foi chamado de representante da "direita conservadora" e "coronelzinho". Já na abertura, a apresentadora disse que não citaria as ofensas, as palavras de conteúdo pornográfico. Embora a entrevista tenha sido uma das mais assistidas no Youtube, maior site de vídeos do mundo, ela não aparecia na página oficial do STF, nem em sua página no Youtube.

Veja ao vídeo em www.sintrajud.org.br.

Crise econômica

Servidores públicos da Grécia iniciam nova greve geral contra os ataques do governo

Governo grego quer reduzir salários, congelar aposentadorias e aumentar ainda mais os impostos

Os servidores públicos gregos iniciaram na quinta-feira, dia 22, mais uma greve geral contra os cortes de direitos previstos nas medidas anunciadas pelo governo como saída para os efeitos da crise econômica. Para obter recursos e junto à União Européia e ao FMI, o governo precisa seguir aquela mesma cartilha que tem sido implementada no Brasil desde os anos 1990: corte nos serviços públicos, nas aposentadorias, privatizações etc.

Reunindo médicos, professores, enfermeiros, milhares de trabalhadores marcharam em direção do parlamento grego, enquanto autoridades européias estavam reunidas para o segundo dia de conversas, que objetivam um acordo financeiro ao país.

Os servidores protestam contra o corte nos salários, o congelamento das aposentadorias e o aumento dos impostos. A taxa de juros também foi elevada ao patamar mais alto em 12 anos. A revolta dos trabalhadores é tamanha que obrigou o sindicato dos servidores públicos gregos, Adedy, a organizar a greve. Segundo foi divulgado em agências de notícias o secretário-geral da entidade classificou essas medidas como sanguinárias e que não vão ajudar a Grécia a sair da crise.

A maior parte dos trabalhadores gregos não acreditam que 45 bilhões de euros vão ajudar o país, ao contrário, vão levá-lo a um endividamento ainda maior, o que prejudicaria ainda mais o quadro de que a cada cinco habitantes, um vive abaixo da linha de pobreza, segundo levantamento da União Européia.

Uma servidora pública de 38 anos chamada Pavlinia Parteneou disse: "Nós não vamos tolerar mais medidas porque nós não conseguimos mais pagar as nossas contas. Por que eles não pegam aqueles que roubaram o dinheiro? É o meu salário ou a aposentadoria de 300 euros da minha mãe que vai salvar o país?", questiona.

A situação da Grécia é muito semelhante a dos trabalhadores de outros lugares no mundo como Portugal e Espanha. "Aqui no Brasil, nós servidores estamos lutando contra o PLP 549, que caso aprovado, vai congelar nossos salários por dez anos. Este é o receituário do neoliberalismo. Dar trilhões de dólares aos bancos, fazendo com que os trabalhadores paguem a conta. Tanto na Grécia, assim como no Brasil, é preciso ir à luta", afirmou Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000

15 anos SINTRAJUD nossa luta faz acontecer FENAJUFE

Encarte Especial

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas

Filiado à Conlutas

Sexta - feira, 23 de abril de 2010 - Encarte Especial - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Propostas do governo contra o serviço público



Disputa nas eleições, unidade contra trabalhadores

A política neoliberal dos últimos governos, principalmente FHC e Lula, atingiu diretamente os servidores públicos federais. Fernando Henrique iniciou a reforma da Previdência, que foi concluída por Lula, retirando direitos históricos dos trabalhadores como a aposentadoria por tempo de serviço. Mas muitos outros direitos ainda estão na mira do governo.

Os servidores em todo país precisam se mobilizar para barrar essas propostas que congelam salários, acabam com o direito de greve, criam fundações estatais e ainda prevêem demissão.

Veja abaixo propostas que atacam direitos dos servidores:

Arrocho salarial pelos próximos 10 anos

PLP 549 – prevê alteração do artigo 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterando os limites de gastos de 2010 a 2019, para cada poder e para cada órgão da União.

"A partir do exercício financeiro de 2010 e até o término do exercício de 2019, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos referidos no art. 20, não poderá exceder, em valores absolutos, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou o que venha a substituí-lo, verificado no período de 12 (doze) meses encerrado no mês de março do ano imediatamente anterior, acrescido de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ou da taxa de crescimento do PIB, o que for menor."

Ou seja, o PLP 549 não apenas vai congelar os salários como irá impedir novos concursos públicos. Hospitais e escolas não poderão ser construídas, nem tribunais, procuradorias, delegacias, nenhum tipo de serviço público para a população.

Estudo do economista do Sintrajud Washington Lima revela que se estivesse em vigor em 2000, hoje os servidores do Judiciário Federal estariam ganhando cerca de 41% a menos.

Esse projeto já foi aprovado no Senado e agora está em tramitação na Câmara dos Deputados.

A Conlutas, o Sintrajud e demais entidades do funcionalismo público estão realizando uma ampla campanha para barrar esse projeto. Já foram realizados atos em Brasília e está prevista audiência pública para debater o PLP 549 na Câmara dos Deputados no dia 5 de maio.

Fim do direito de greve para tentar frear a luta

O PL 3670/08 encontra-se na CCJ da Câmara dos Deputados e representa um ataque a livre organização sindical conquistada com muita luta pelos servidores públicos no país. Sob a máscara de que "regulamentaria" o direito de greve, na prática esse projeto acaba com o direito dos servidores lutarem por suas reivindicações.

Para se ter uma ideia, o projeto prevê que as faltas ao trabalho em decorrência da greve implicará na perda da remuneração e na suspensão do recolhimento de contribuição ao Plano de Seguridade Social. Determina ainda, que a negociação dos dias parados somente ocorrerá após o encerramento da greve. Além disso deixa na mão da Justiça do Trabalho decidir sobre a procedência das reivindicações.

Cabe destacar que todas as vitórias conquistadas pelos servidores do Judiciário foram fruto de muita luta. Os PC´s só saíram graças às fortes greves. Portanto, os trabalhadores devem ficar atentos e não aceitar que o governo diga de que forma devem se organizar. Os servidores é que devem decidir qual a melhor forma de lutar por seus diretos.

Estatuto do Judiciário ameaça nossos direitos

PEC 190/07 – Esse projeto de Emenda Constitucional fere diretamente o Regime Jurídico Único dos servidores e as conquistas previstas na Lei 8.112 do Judiciário Federal.

Entre as principais justificativas para a criação do Estatuto, que seria elaborado pelo STF, estão que:

1 - Pluralidade de regimes impostos aos servidores, ofendendo o princípio da isonomia, viabiliza o surgimento de graves disparidades remuneratórias. Sendo desproporcional que servidores exerçam funções semelhantes tenham remunerações diferenciadas;

2- Os servidores da Justiça Federal recebem remuneração superior aos servidores da Justiça Estadual. Esse fato reflete diretamente na eficiência dos serviços prestados por ambas.

Essa proposta, porém, em nenhum momento resguarda os direitos conquistados pelos servidores do Judiciário Federal e, muito menos, determina que o salário dos servidores da Justiça Estadual deve ser acrescido. Além disso, haveria uma maior dificuldade de negociação por novos salários por serem de esferas tão diferentes.

O Sintrajud apóia a luta dos servidores do Judiciário Estadual e estará juntos em suas campanhas por salário e direitos, mas acredita que a criação de um Estatuto do Judiciário não garante nem uma coisa nem outra. Por isso, é contra essa proposta e acha que é mais um ataque contra a luta dos trabalhadores.

Com imposto sindical, governo ataca sindicatos combativos

Diante dos projetos de lei que retiram direitos dos servidores, fazer parte de um sindicato combativo é a melhor maneira para que essas propostas sejam barradas. A Instrução Normativa nº 1, de 30 de setembro de 2008, do Ministério do Trabalho e Emprego, parece cair como uma luva para evitar que os sindicatos se fortaleçam.

A norma autoriza a cobrança do imposto dos trabalhadores públicos. Mas não há previsão legal para isso, por serem regidos pela Lei 8112. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já prevê essa cobrança aos trabalhadores do setor privado, o que já era questionado por diversos juristas. Além de a cobrança compulsória ir contra a liberdade sindical, consagrada na Constituição, o imposto pode permitir a manutenção de sindicatos sem a menor autenticidade. Basta observar, como os sindicatos de servidores públicos são mais ativos nas lutas por direitos. No setor privado, há milhares de sindicatos, federações e centrais que permanecem calados, enquanto categorias são precarizadas, superexploradas, dando um dia de seus salários a quem não os representam.

Valendo-se da norma do MTE, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), que não congrega nenhuma federação dos servidores do Judiciário Federal, recorreu ao CJF para obter o dinheiro dos trabalhadores. O Sintrajud é contra o imposto e vai continuar nas lutas pela defesa dos servidores, independente de governos.

Projeto prevê o fim da estabilidade para servidor

"Você está demitido". Se depender dos sucessivos governos, a frase dita em um programa de televisão por um famoso publicitário, e ouvida por milhões de trabalhadores todos os dias, pode virar realidade no serviço público. O PLP 248/1998, de autoria do governo FHC, prevê a demissão para o servidor estável que tiver insuficiência de desempenho. O projeto está pronto para ir à votação no plenário da Câmara.

Apesar de tramitar há alguns anos e ainda não ter sido votado, há diversas ações do atual governo que parecem seguir a mesma fórmula: meritocracia e punição. A última foi a publicação do Decreto 7.133, de 19 de março de 2010, no Diário Oficial, sancionado pelo presidente Lula. Com o decreto, os servidores terão que atingir metas para manter gratificações de desempenhos. A medida atinge cerca de 200 mil servidores do país de 48 carreiras. O Judiciário ficou de fora do decreto, mas os servidores conhecem bem a imposição de metas. O CNJ tem implantado essa política. Trata-se de trazer ao serviço público critérios empresariais, onde tudo é mercadoria, não importa se o serviço prestado for justiça, educação ou saúde. Dos funcionários, busca-se o limite. Para os defensores dessa política, a população é simplesmente um cliente que se não estiver satisfeita pode procurar outra "loja", mas se esquecem que são direitos sociais, os quais todos devem ter acesso. Por isso, o Sintrajud defende investimentos em serviço público de qualidade para todos.

Governo quer privatizar serviço público

Quem achava que privatização só fazia parte do governo FHC engana-se. De autoria do governo Lula, o PLP 92/2007 permite a implantação de fundações estatais de direito privado em todas as áreas de serviços públicos essenciais. Pronto para ir à votação na Câmara, se aprovado, o Estado poderá passar para instituições empresariais a prestação dos serviços, podendo ser um precedente para o Judiciário. Uma proposta desse tipo significa o desmonte do Estado.

Em São Paulo, já foi implantado esse modelo, desastroso para quem trabalha e para a população atendida. A maioria das creches da capital paulistana (1.000 do total de 1.300) é administrada por Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Organizações de Sociedade de Civil de Interesse Público (OSCIP), contratadas sem licitação e sem qualquer vínculo ou comprometimento com o serviço prestado. Nessas creches, as professoras chegam a trabalhar 10 horas por dia, com mais crianças por professor e recebem um salário cerca de 50% menor do que concursadas. Dá para imaginar a qualidade da educação das crianças, com trabalhadores sobrecarregados e com salários arrochados. É o que não queremos seja na educação ou no Judiciário.